

Audiência Pública: “Políticas para quilombolas”

Objetivos e participantes

O tema da audiência pública foi "Políticas públicas para a população quilombola do Estado de Pernambuco: os desafios e os mecanismos para a concretização de direitos fundamentais". A audiência teve como objetivo colaborar com o diagnóstico acerca da efetividade das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, verificar a viabilidade e a pertinência da instalação de um Fórum de Gestão das políticas públicas dessas comunidades e promover mecanismos de incentivo, respeito e valorização da identidade quilombola.

Participaram do evento: representantes da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE), da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB/PE), do Ministério Público Estadual (MPPE), do Ministério Público Federal (MPF), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Cultural Palmares (FCP), da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, que representa localmente a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (Conaq), da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, da Câmara de Vereadores e do Poder Judiciário.

Descrição Geral

A audiência ocorreu no dia 20 março de 2020, das 8h às 13h, no auditório da sede da Defensoria Pública da União (DPU) no Recife. A inscrição para participação do público geral foi feita pelo e-mail direitoshumanos.pe@dpu.def.br. Foram aceitos participantes até a capacidade máxima do auditório, de 100 pessoas. O Defensor Regional de Direitos Humanos, André Carneiro Leão, presidiu o evento.

Destaques

A DPU, por meio do defensor regional de direitos humanos, do Projeto SER Quilombola e do projeto itinerante DPU para Todos, já atuava, há alguns anos, em prol dos direitos humanos de comunidades quilombolas em todo o estado. A partir de visitas a essas comunidades e da recepção de solicitações na DPU no Recife, diversos e graves problemas relacionados às condições de vida, subsistência, moradia, educação, trabalho, saúde, acesso à água, transportes, demarcação e titulação de terras, preservação cultural, entre outros, foram identificados. A audiência buscou propor soluções satisfatórias por parte do Poder Público.